

Nesta Edição:

- Regulamentação da Política Nacional de Resíduos Sólidos é tema de debate na Comissão de Meio Ambiente da Câmara;
- Práticas antisindicaais e tema de debate nas Comissões de Trabalho e Direitos Humanos da Câmara;

Audiência discute regulamentação da política nacional de resíduos sólidos.

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados realizou, na tarde desta terça-feira, audiência pública para discutir aspectos da regulamentação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabelecida pela Lei 12.305/2010.

O debate foi proposto pelo presidente da comissão, deputado Giovani Cherini (PDT-RS), que presidiu a audiência, e contou com apresentações das seguintes entidades: MMA, Instituto PÓLIS, CEMPRE, CNM, ABRELPE, ABIVIDRO e ABRAMPA.

O **deputado Giovani Cherini** abriu a audiência esclarecendo que a importância do tema está na busca de uma solução de sustentabilidade – legítima, democrática e cooperativa – em que a convivência de todos os elos da cadeia de produção e consumo resultem na geração de renda e inclusão social. Neste sentido, era preciso ouvir os mais amplos setores envolvidos

Silvano Silvério da Costa, diretor do Departamento de Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, destacou que um dos pontos relevantes está na diferença entre resíduos (recicláveis) e rejeitos (disposição final), e que os primeiros são o objeto da logística reversa. Chamou a atenção para o principal problema atual, que é a acentuada disposição final do que seria passível de reciclagem, e o desafio de retirar dos aterros existentes os resíduos anteriormente dispostos. Lembrando que o Brasil se destaca pela possibilidade de inclusão social dos recicladores, ratificou a meta de extinguir os “lixões” até 2014 e que o MMA entende seu papel no cumprimento da meta. Finalmente, informou que dois instrumentos, criados – o Comitê Orientador da Logística Reversa e o Comitê Interministerial da PNRS – tem se reunido regularmente e espera-se para junho a proposição das prioridades e datas para os acordos setoriais.

Elisabeth Grimberg, coordenadora-executiva do Instituto POLIS, ressaltou que a presença expressiva da rede de cooperativas de catadores (800mil a 1 milhão de pessoas no país) na indústria da reciclagem atual tem se dado por “auto inclusão”. Propôs que o modelo que viabiliza um sistema eficiente de logística reversa, a exemplo dos países europeus, é aquele em que se constitui uma “gerenciadora”, que no Brasil seria operada por um conjunto de cooperativas de catadores. Ao apresentar bons exemplos atuais os praticados

panel

■ Audiência sobre renovação das concessões no setor elétrico

A comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou requerimento para realização de audiências com objetivo de debater a questão das renovações das concessões no setor elétrico. As audiências serão conjuntas com a Comissão de Infraestrutura (CI) – que já aprovou anteriormente requerimento com esse mesmo objetivo.

Serão duas audiências, ainda sem data definida. Na primeira rodada, serão ouvidos:

- Mauro Arce (Presidente da CESP);
- Otávio Carneiro de Rezende (Presidente do Conselho da ABIAPE);
- Paulo Pedrosa (Presidente executivo da ABRACE); e
- Elena Landau (Consultora do escritório de advocacia Sérgio Bermudes).

Na segunda rodada, participarão da audiência:

- Márcio Zimmermann (Secretário Executivo do MME);
- Nelson Hubner (Diretor-Geral da Aneel);
- Luciano Coutinho (Presidente do BNDES);
- Nelson Barbosa (Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda); e
- José da Costa Carvalho Neto (Presidente da Eletrobrás).

em cidades como Porto Alegre, Diadema e Belo Horizonte, sugeriu que os custos da importante etapa de educação ambiental sejam compartilhados pelo poder público e setor privado, e alertou para o fato de que a solução sendo promovida atualmente por empresas de incineração para os municípios com dificuldade de implantar aterros não se adequa à visão sistêmica de integração.

Victor Bicca, presidente do Compromisso Empresarial com a Reciclagem (CEMPRE), iniciou sua fala lembrando que nos 20 anos discutindo a PNRS, o Brasil se tornou líder mundial na reciclagem de latas de alumínio e segundo maior reciclador de garrafas PET, mas que o grande desafio permanece sendo acabar com os lixões e implantar a coleta seletiva com captura nos domicílios. Ele ressaltou a importância dos acordos setoriais, mas alertou que a desoneração da cadeia produtiva da reciclagem é indispensável para a ampliação do parque reciclador: não adianta coletar e não haver quem possa reciclar. Só será possível viabilizar o potencial de mercado de R\$ 8 bilhões na indústria de reciclagem no Brasil (dados do IPEA/2010) com competitividade, inclusão produtiva dos catadores, criação de parcerias e articulação de todos os atores (como nesta audiência).

Edson Martins, da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), informou que diante das metas de 100% de coleta seletiva e 100% de compostagem de resíduo orgânico até 2014, a realidade atual é de que 63% dos municípios brasileiros ainda possuem lixões e 80% não realizam compostagem. Mesmo diante do dado de que 40,7% dos municípios realizam algum tipo de coleta seletiva (entre 10 a 20% da área urbana) e de que 70% deles possuem catadores, em 79% desses últimos os catadores não estão organizados. Ele sugeriu que os acordos setoriais, ainda que instrumentos contratuais; deveriam incluir os municípios afetados.

Carlos Roberto Vieira da Silva Filho, diretor-executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE) apresentou mais dados ao entregar um exemplar de 2010 do Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil. Segundo ele, 61 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos são gerados no país (1,2 kg/habitante/ano) dos quais 54% são coletados e 23 milhões de toneladas destinados inadequadamente. De 2009 para 2010 houve um aumento de 7% na geração de resíduos sólidos comparados a um crescimento populacional 1%, resultando em um déficit na coleta de 11%. Destacou que 42,4% dos municípios permanecem sem ação de coleta seletiva. Ressaltou ainda que a destinação final, hoje o principal problema, não é o único desafio: não existe na cadeia diferenciação entre resíduo e rejeito e é preciso mudar de gestão linear para gestão cíclica. Ele acredita que as soluções de planejamento e otimização no uso de recursos estão nas parcerias público-privadas.

Luciano Furtado Loubet, diretor de relações institucionais da Associação Brasileira do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA), acredita que os aterros consorciados e o fomento econômico são a solução para os

painel

■ Relações bilaterais Brasil-China

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou requerimento para debater a estratégia de política comercial e as relações bilaterais entre Brasil e China, especialmente o escopo dos Acordos Comerciais que foram assinados na última visita da Presidente Dilma Rousseff ao país asiático, com a presença dos seguintes convidados:

- Emílio Garofalo Filho, Secretário-Executivo da Câmara de Comércio Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, Secretário-Geral das Relações Exteriores do Itamaraty;
- Humberto Barbato, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE);
- **Robson de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI);** e
- Aginaldo Diniz Filho, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit).

municípios que enfrentam as situações descritas. Adicionalmente, reiterou que a desoneração tributária da cadeia de reciclagem é fundamental, e que o Ministério Público vem atuando decisivamente no combate à ilegalidade na identificação de casos de concorrência desleal de empresas que não incorporam as práticas ambientais adequadas e praticam preços mais baixos

Lucien Belmonte, presidente da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro (ABIVIDRO), concordou com a proposta de criação de uma "gerenciadora" de resíduos e com os recursos auferidos voltados primariamente para os catadores, mas no formato de OSCIP (auto-regulada pelo setor público), e que a educação ambiental é uma responsabilidade primária do setor público. Ele apresentou o que seria a estrutura de um acordo setorial do setor de vidro, implantado em quatro etapas e esquemas de incentivos econômicos e tributários que não prejudiquem a competitividade.

O **Dep. Cherini** estimulou o debate com perguntas relacionadas à viabilidade econômica da logística reversa em municípios longínquos e com resíduos de baixo valor agregado em um país de dimensões continentais e de como melhorar as condições de trabalho e dar apoio estruturado no elo dos catadores para aumentar eficiência e escala de reciclagem. A se destacar a resposta do representante do MMA, **Silvano Silvério da Costa**, informando que o Programa Pró-Catador está no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, conforme mencionado pela Presidente Dilma Rousseff durante a cerimônia de lançamento da Rio+20 na manhã desta terça-feira. Informou ainda que o PAC-2 do Governo Federal contempla recursos direcionados à implantação de aterros em municípios consorciados.

Comissões do Trabalho e de Direitos Humanos debatem sobre práticas antissindiais.

As comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Direitos Humanos e Minorias realizaram audiência pública conjunta para debater as práticas antissindiais em desacordo com a Convenção 98, da OIT.

Foram convidados para a Audiência Pública, Ricardo Wagner Garcia, procurador do Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul; Antônio Lisboa, da Confederação Nacional do Comércio (CNC); Osmani Teixeira de Abreu, da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Magnus Ribas Apostólico, da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF); Nivaldo Santana, da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB); Pedro Armengol, da Central Única dos Trabalhadores (CUT); deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP); presidente da Força Sindical; Francisco Calasans Lacerda, da Nova Central Sindical de Trabalhadores; Isaú Joaquim Chacon - da União Geral dos Trabalhadores - UGT e CONTEC; Ruth Coelho Monteiro - Secretária Nacional de Cidadania e Direitos Humanos da Força Sindical.

panel

■ Dia do Empreendedorismo

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CDEIC) realizou na tarde de hoje (7) audiência pública com o tema "Instituição do Dia Nacional do Empreendedorismo", da iniciativa da Deputada Fátima Pelaez (PMDB/AP) que também presidiu os trabalhos.

Renato da Fonseca, Gerente Executivo de Pesquisa, Avaliação e Desenvolvimento da CNI, um dos participantes do evento, afirmou que não se deve firmar apenas um dia para se alertar quanto a importância do empreendedorismo para o nosso País, mas sim 365 do ano, pois seria a melhor forma de extinção da miséria do nosso contexto sócio econômico.

Como formas de se incrementar o empreendedorismo apontou a diminuição da regulação que recai sobre o empreendedor, a redução dos procedimentos burocráticos, a melhoria da infraestrutura básica e a educação.

Osmani Teixeira, representando a CNI - disse que as práticas antissindicais são encontradas em alguns segmentos sindicais, tanto de trabalhadores, de empregadores, como dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Afirmou não haver necessidade de mais regulamentação sobre os direitos de sindicalização, uma vez que a convenção 98 da OIT, ratificada pelo Brasil, o dispositivo constitucional (artigo 8º) e os artigos 540 e 547 da CLT, tratam adequadamente a matéria.

Exemplificou como conduta antissindical do Poder Executivo, as portarias 186/2008 e 1510/2009 do Ministério do Trabalho e Emprego. A primeira, Registro Sindical confere poderes ao Secretário de Relações do Trabalho para determinar aos sindicatos que alterem seus estatutos e modifiquem sua representação, sem direito à contestação. E a segunda, do Registro Eletrônico de Ponto ouviu apenas a categoria profissional e o judiciário esquecendo o tripartismo praticado em todas as normas da OIT.

E sobre as condutas antissindicais de empregadores citou dados da análise da última reunião do Comitê de Liberdade Sindical da OIT, realizada em março de 2011, que entre 145 casos apresentados apenas dois dos analisados se referiam ao Brasil. Demonstrando que os casos de práticas antissindicais são poucos, pontuais e não devem ser generalizados.

Concluiu dizendo que a liberdade sindical e as negociações coletivas são plenas no Brasil. Citou dados recentes do DIEESE sobre o ano de 2010 como o melhor desempenho desde 1996 com aumentos reais de salários, conquistados através de negociações coletivas. Defendeu que qualquer conduta ilegal deve e pode ser combatida pelos caminhos legais já existentes, seja por meio do Ministério Público, seja pelos próprios sindicatos com as ações de cumprimento ou de substituição processual.

CNF - Magnus Apostólico - referendou a manifestação do representante da CNI e lembrou que desde 2003 o Fórum Nacional do Trabalho tem tratado deste assunto. Criticou que nos casos de greve, os sindicatos têm agido com violência e de forma antissindical contra os próprios trabalhadores, não respeitando os que querem individualmente trabalhar.

Os representantes sindicais dos trabalhadores **CUT, NCT, CTB** afirmaram que empresas tentam assediar trabalhadores impedindo sua sindicalização. Defenderam a representação de trabalhadores nas empresas. Criticaram decisões judiciais relacionadas à contribuição assistencial, e afirmaram que a terceirização constitui prática antissindical, pois reduz o poder dos sindicatos.